

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2017/2018

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: PR001776/2017
DATA DE REGISTRO NO MTE: 06/06/2017
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR030577/2017
NÚMERO DO PROCESSO: 46212.010637/2017-76
DATA DO PROTOCOLO: 05/06/2017

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO DOS EMPREGADOS DOS CONSELHOS E ORDENS DE FISCALIZACAO DO EXERCICIO PROFISSIONAL DO ESTADO DO PARANA, CNPJ n. 81.914.368/0001-67, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). ANTONIO MARSENCO;

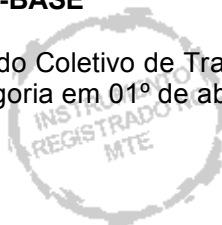
E

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO PARANA, CNPJ n. 76.592.559/0001-10, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). MARCOS SEBASTIAO RIGONI DE MELLO;

celebram o presente ACORDO COLETIVO DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência do presente Acordo Coletivo de Trabalho no período de 01º de abril de 2017 a 31 de março de 2018 e a data-base da categoria em 01º de abril.

**CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA**

O presente Acordo Coletivo de Trabalho, aplicável no âmbito da(s) empresa(s) acordante(s), abrangerá a(s) categoria(s) **dos EMPREGADOS DO CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO PARANÁ**, com abrangência territorial em **PR**.

**SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO
PISO SALARIAL****CLÁUSULA TERCEIRA - SALÁRIO DE INGRESSO E NORMATIVO**

Os salários de ingresso deverão ser aqueles contidos no Plano de Cargos, Carreiras e Salários do CRC, sendo que, para as funções de porteiro, servente e office-boy, será pelo menos o valor equivalente ao salário mínimo para jornada de trabalho de 08 horas, sendo que a jornada inferior a 8 (oito) horas sofrerá redução proporcional ao número de horas laboradas.

REAJUSTES/CORREÇÕES SALARIAIS**CLÁUSULA QUARTA - CORREÇÃO E READEQUAÇÕES SALARIAIS**

Os salários de todos os integrantes da categoria profissional sofrerão em 01.04.2017, o REAJUSTE GERAL ANUAL de 4,57% (quatro inteiros vírgula cinquenta e sete por cento), correspondente ao INPC/IBGE do período de 01/04/2016 a 31/03/2017, acumulado dos últimos 12 (doze) meses.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Para os funcionários que percebem salário base de até R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), já considerado o reajuste previsto no caput, será feito a readequação salarial da seguinte forma:

- a) Salários base de até R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais), acréscimo de R\$ 100,00 (cem reais);
- b) Salários base de R\$ 1.501,00 (hum mil e quinhentos e um reais) a R\$ 2.000,00 (dois mil reais), acréscimo de R\$ 75,00 (setenta e cinco reais);
- c) Salários base de R\$ 2.001,00 (dois mil e um reais) a R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), acréscimo de R\$

o, salários base de R\$ 2.000,00 (dois mil e um reais), e R\$ 2.000,00 (dois mil e quinhentos reais), acrescido de R\$ 50,00 (cinquenta reais).

PAGAMENTO DE SALÁRIO – FORMAS E PRAZOS

CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO DE SALÁRIOS

O pagamento dos salários será feito até o dia 25 de cada mês, mediante envelope ou comprovante (eletrônico), onde conste todas as verbas pagas e os descontos efetuados, inclusive manifestando o valor a ser depositado na conta vinculada do FGTS, podendo os funcionários acessarem o sistema eletrônico disponível para impressão dos contracheques.

OUTRAS NORMAS REFERENTES A SALÁRIOS, REAJUSTES, PAGAMENTOS E CRITÉRIOS PARA CÁLCULO

CLÁUSULA SEXTA - SALÁRIO DE SUBSTITUIÇÃO

Quando a substituição tratar-se de remanejamento em virtude de férias ou outra razão distinta da demissão, que ultrapasse o período de 10 (dez) dias, o substituto deverá receber salário idêntico ao do funcionário substituído, a título de gratificação, enquanto esta perdurar.

GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS

13º SALÁRIO

CLÁUSULA SÉTIMA - ADIANTAMENTO DE 13º SALÁRIO

O CRC-PR pagará aos integrantes da categoria profissional, até o dia 30 de junho de 2017, 50% (cinquenta por cento) da Gratificação de Natal (13º salário/primeira parcela), salvo se o empregado já a tiver recebido por ocasião do gozo de férias.

ADICIONAL DE TEMPO DE SERVIÇO

CLÁUSULA OITAVA - ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

Pagamento do valor equivalente a 1% (um por cento) sobre a remuneração do integrante da categoria profissional a título de ATS, por ano de atividade, a contar da data de sua admissão, limitada a 35% (trinta e cinco por cento).

Parágrafo Único - O adicional de tempo de Serviço, foi alterado pela Res. CRCPR 764/2015. Os funcionários que já contam com 35 (trinta e cinco) anos ou mais de serviço, terão seus percentuais mantidos, mas sem progressão a partir de 01.04.2015.

ADICIONAL NOTURNO

CLÁUSULA NONA - ADICIONAL NOTURNO

A jornada de trabalho em período noturno, assim definido o prestado entre 22:00 e 5:00 horas, será remunerada com acréscimo de 60% (sessenta por cento) sobre o valor da hora diurna.

AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA - AJUDA DE CUSTO ALIMENTAÇÃO

Será concedida a todos os integrantes da categoria, inclusive durante as férias, licença maternidade e licença médica, Ajuda de Custo para Alimentação, no valor de R\$ 40,25 (quarenta reais e vinte e cinco centavos) por dia de trabalho, num total de vinte e dois vales refeição por mês, inclusive durante as férias e licença maternidade, podendo ser concedido sob a forma de vale alimentação, no mesmo valor.

AUXÍLIO TRANSPORTE

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - VALE TRANSPORTE

O vale transporte será fornecido pelo CRC-PR aos empregados que utilizam o benefício nos termos da lei.

PARÁGRAFO ÚNICO: O Auxílio Transporte não será:

- a) Incorporado ao salário, vencimento, remuneração, provento ou pensão;
- b) Caracterizado como salário-utilidade ou prestação salarial in-natura;
- c) Configurado como rendimento tributável e nem sofrerá incidência de contribuição para o Plano de Seguridade Social (INSS);
- d) Acumulável com outras espécies semelhantes de auxílio ou benefício transporte.

AUXÍLIO EDUCAÇÃO**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - AUXÍLIO EDUCAÇÃO**

As despesas realizadas pelo integrante da categoria profissional com matrículas e mensalidades devidamente comprovadas serão ressarcidas atendendo a normas internas do CRC-PR após a apresentação dos comprovantes de pagamento e demais documentos exigidos na Resolução CRC-PR 762/2015, desde que o interessado o requeira e comprove estar matriculado e freqüentando curso de pós-graduação, mestrado ou doutorado.

AUXÍLIO SAÚDE**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - ASSISTÊNCIA MÉDICA**

O CRC-PR estabelecerá convênio com empresa idônea na área de assistência médica, cujo custo mensal será de sua inteira responsabilidade, permitido o repasse aos integrantes da categoria, de valor não superior a R\$ 1,00 (um real).

CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES DESLIGAMENTO/DEMISSÃO**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - HOMOLOGAÇÕES DE RESCISÕES**

Fica o CRC-PR obrigado a homologar as rescisões de contrato de trabalho dos empregados desligados, diretamente no sindicato da categoria profissional, a partir de 180 (cento e oitenta) dias de trabalho.

AVISO PRÉVIO**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - AVISO PRÉVIO PROPORCIONAL**

O aviso prévio de 30 dias, conforme previsto na lei 12506/2011, será acrescido de 3 (três) dias por ano de serviço prestado na mesma empresa, até o máximo de 60 (sessenta) dias, perfazendo um total de até 90 (noventa) dias conforme tabela:

Tempo de Serviço na Empresa	Dias de Acréscimo	Dias de Aviso-Prévio
Menos de 1 ano	0	30 dias
mais de 1 ano e menos de 2 anos	3	33 dias
mais de 2 anos e menos de 3 anos	6	36 dias
mais de 3 anos e menos de 4 anos	9	39 dias
mais de 4 anos e menos de 5 anos	12	42 dias
mais de 5 anos e menos de 6 anos	15	45 dias
mais de 6 anos e menos de 7 anos	18	48 dias
mais de 7 anos e menos de 8 anos	21	51 dias
mais de 8 anos e menos de 9 anos	24	54 dias
mais de 9 anos e menos de 10 anos	27	57 dias
mais de 10 anos e menos de 11 anos	30	60 dias

mais de 11 anos e menos de 12 anos	33	63 dias
mais de 12 anos e menos de 13 anos	36	66 dias
mais de 13 anos e menos de 14 anos	39	69 dias
mais de 14 anos e menos de 15 anos	42	72 dias
mais de 15 anos e menos de 16 anos	45	75 dias
mais de 16 anos e menos de 17 anos	48	78 dias
mais de 17 anos e menos de 18 anos	51	81 dias
mais de 18 anos e menos de 19 anos	54	84 dias
mais de 19 anos e menos de 20 anos	57	87 dias
20 anos ou mais	60	90 dias

PARÁGRAFO ÚNICO: O empregador só poderá exigir o cumprimento dos trinta dias do aviso, o restante do período deverá ser indenizado.

RELAÇÕES DE TRABALHO – CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES ESTABILIDADE GERAL

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - GARANTIA DE EMPREGO AO SEXAGENÁRIO

Ficam vedadas as demissões de empregados com sessenta anos de idade ou mais, até a sua aposentadoria ou completado o tempo para aquisição de tal direito, salvo por justa causa ou através de processo administrativo, devidamente comprovada junto ao sindicato da classe.

JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS DURAÇÃO E HORÁRIO

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - JORNADA DE TRABALHO

A jornada legal de trabalho dos integrantes da categoria profissional é a definida na Constituição Federal, ficando certo que estes não necessitarão complementar o horário aos sábados, sem que tal lhes confira direito adquirido. A jornada diária será de 08 (oito) horas, de 2^a. a 6^a. feira, obedecendo a legislação pertinente às funções diferenciadas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: PRORROGAÇÃO-COMPENSATÓRIA - Fica possibilitada a majoração da carga horária estabelecida na cláusula 17^a, para a compensação dos dias pontes de feriados, com acréscimo de até 30 (trinta) minutos na jornada diária, observando-se a escala de compensação que será individualizada por local de trabalho devido às peculiaridades dos feriados de cada município, até o atingimento do número horas necessárias. O período de compensação iniciará em 02.05.2017 e o término observará as particularidades de cada local de trabalho e carga horária de cada empregado. **A) Sede Curitiba**, compensará dias: 16/06/2017, 13/10/2017, 03/11/2017 e de 26 a 29 de dezembro de 2017; **B) Escritório regional Ponta Grossa e Londrina**, compensarão dias: 16/06/2017, 08/09/2017, 13/10/2017, 03/11/2017 e de 26 a 29 de dezembro de 2017; ; **C) Escritório Regional de Maringá**, compensará: 16/06/2017, 14/08/2017, 16/06/2017, 08/09/2017, 13/10/2017, 03/11/2017 e de 26 a 29 de dezembro de 2017; **D) Escritório Regional de Cascavel**, compensará: 16/06/2017, 08/09/2017, 13/10/2017, 03/11/2017, 13/11/2017 e de 26 a 29 de dezembro de 2017;

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os funcionários que estiverem em férias nos períodos acima citados deverão estender a compensação proporcionalmente ao número de dias úteis de suas férias.

PRORROGAÇÃO/REDUÇÃO DE JORNADA

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - HORAS EXTRAS

A jornada extraordinária será remunerada com adicional de 50% (cinquenta por cento), quando trabalhada de segunda a sexta-feira. O trabalho aos sábados, domingos e feriados será remunerado com adicional de 100% (cem por cento), sem prejuízo do pagamento do repouso a

remunerado com adicional de 100% (cem por cento), sem prejuízo do pagamento do repouso a que o empregado já fizera jus.

COMPENSAÇÃO DE JORNADA

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - RECESSO DE FINAL DE ANO

O CRC-PR concederá recesso de final de ano, no período de 26 a 29 dezembro de 2017, mediante compensação dessas horas por parte de seus funcionários, conforme cláusula 17ª, § 1º, deste ACT.

CONTROLE DA JORNADA

CLÁUSULA VIGÉSIMA - SISTEMA DE REGISTRO DE PONTO

Mediante o presente acordo e com base na Portaria MTE nº 373 de 25.02.2011, a empresa fica autorizada pelo Sindicato a manter o atual sistema de controle de jornada de trabalho, tornando desnecessária a implementação do Registrador Eletrônico de Ponto – REP objeto da Portaria MTE nº 1510 de 21.08.2009.

FALTAS

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - AUSÊNCIAS LEGAIS

As ausências legais a que aludem os incisos I, II e III do artigo 473 da CLT, respeitados os critérios mais vantajosos, ficam assim ampliadas:

I - de dois para quatro dias úteis consecutivos, em caso de falecimento de cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou pessoa que, comprovadamente, viva sob sua dependência econômica, inclusive companheiro(a).

II - de três para cinco dias úteis consecutivos, em virtude de casamento.

III - cinco dias úteis consecutivos, ao pai, no decorrer da primeira semana de vida da criança, em caso de nascimento de filho.

IV - dois dias para internação hospitalar por motivo de doença de esposa, filho ou dependente legalmente habilitado junto ao INSS.

V - um dia para doação de sangue, devidamente comprovada.

VI - dois dias por ano, para levar ao médico filho ou dependente menor de 14 anos mediante comprovação.

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE JORNADA

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - FERIADOS PONTES

Não haverá expediente no CRC, neles compreendido os dias:

Sede Curitiba - 16/06/2017, 13/10/2017 e 03/11/2017;

Escritório Regional de Ponta Grossa e Londrina - 16/06/2017, 08/09/2017, 13/10/2017 e 03/11/2017;

Escritório Regional de Maringá - 16/06/2017, 08/09/2017, 14/08/2017, 13/10/2017 e 03/11/2017;

Escritório Regional de Cascavel - 16/06/2017, 08/09/2017, 13/10/2017, 03/11/2017 e 13/11/2017.

Essas horas serão compensadas por parte de seus funcionários, conforme cláusula 17ª, § 1ª deste ACT.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DIA DO SERVIDOR PÚBLICO

O dia 28 de Outubro, considerado dia do servidor público, será consagrado ao "Servidor do CRC-PR" como retribuição, com base no merecimento aos que se dedicam a esta função pública, não havendo expediente de trabalho.

RELAÇÕES SINDICAIS LIBERAÇÃO DE EMPREGADOS PARA ATIVIDADES SINDICAIS

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - FREQUÊNCIA LIVRE DE DIRIGENTE SINDICAL

É assegurada a frequência livre dos dirigentes sindicais, para participarem de assembleias e reuniões sindicais, devidamente convocadas e comprovadas.

CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DESCONTO DA MENSALIDADE

O CRC-PR descontará, em folha de pagamento, a crédito do sindicato, os valores relativos a mensalidade sindical fixados pelos associados em Assembleia, mediante carta de autorização do empregado.

PARÁGRAFO ÚNICO: os valores descontados dos empregados associados serão repassados ao sindicato no prazo improrrogável de cinco dias, contados a partir do desconto, acompanhando relação nominal dos empregados que sofreram o desconto.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - REVERSÃO SALARIAL PROFISSIONAL

Conselho se obriga a descontar de todos os integrantes da categoria, o equivalente a 3% (três por cento) do salário recebido pelo empregado em três vezes consecutivas, sendo 1% (um por cento) no mês de maio/2017, 1% (um por cento) no mês de junho/2017 e 1% (um por cento) no mês de julho/2017.

PARÁGRAFO ÚNICO: O desconto de tal importância constitui responsabilidade do Conselho, que deverá repassá-la ao sindicato profissional acompanhada de relação nominal contendo o nome do empregado, valor do salário nominal e do reajuste e valor descontado até o dia 10 do mês subsequente ao desconto. O atraso imotivado no recolhimento das importâncias descontadas sujeitará os Conselhos ao pagamento de multa de 20% (vinte por cento) sobre o total devido, além da atualização monetária correspondente e sanções legais aplicáveis.

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE RELAÇÃO ENTRE SINDICATO E EMPRESA

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - QUADRO DE AVISOS

O CRC-PR colocará à disposição do sindicato, e-mail, meios eletrônicos e quadro para afixação de comunicados oficiais de interesse da categoria, os quais serão encaminhados previamente ao setor competente do Conselho, para os devidos fins, incumbindo-se esse da sua afixação, dentro das vinte e quatro horas posteriores ao recebimento. Não serão permitidas matérias políticas ou ofensivas a quem quer que seja.

DISPOSIÇÕES GERAIS DESCUMPRIMENTO DO INSTRUMENTO COLETIVO

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - PENALIDADE

Por descumprimento de qualquer das cláusulas constantes do presente instrumento, fica

Em caso de descumprimento de qualquer das cláusulas constantes do presente instrumento, fica estabelecida uma multa equivalente a 20% (vinte por cento) do salário normativo, em favor da parte prejudicada, por cláusula e por empregado.

**ANTONIO MARSENCO
PRESIDENTE**

**SINDICATO DOS EMPREGADOS DOS CONSELHOS E ORDENS DE FISCALIZACAO DO EXERCICIO PROFISSIONAL DO
ESTADO DO PARANA**

**MARCOS SEBASTIAO RIGONI DE MELLO
PRESIDENTE**

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO PARANA

ANEXOS

ANEXO I - ATA ASSEMBLEIA DE APROVAÇÃO DO ACT 2017

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.